

Princípios para a Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro

Começo essa explanação, dizendo que sou totalmente contra esta nova proposta que está sendo pensada para o Setor elétrico brasileiro e ao longo do texto abordarei as questões.

Primeiro, entendo a energia elétrica como sendo um insumo de primeira necessidade que move a economia do nosso país, o modelo atual no qual estamos inseridos, além de garantir desenvolvimento econômico, trás também o desenvolvimento social para todas as regiões do país, uma vez que as empresas sendo estatais como são também tem esse fim.

Abrir o mercado de energia elétrica para o capital privado, por meio de privatizações, significaria um abandono do estado brasileiro da política do Bem Estar Social por meio da energia elétrica.

Mais do que isso, seria relegar ao capital privado as nossas riquezas nacionais, como exemplo: o rio São Francisco que além de ser uma importante fonte de geração de energia, trás desenvolvimento e bem estar para uma região inteira por meio dos diversos usos de suas águas. Todos nós sabemos, que se essas usinas forem para mão de empresas privadas, elas irão atender somente os interesses privados, que se resume ao lucro, deixando o desenvolvimento social a margem.

Outra questão importante que vai refletir diretamente na população, será o aumento imediato das contas de energia, especialistas e estudiosos da área falam em um aumento que pode chegar a 6 vezes o preço que pagamos hoje pela energia, uma vez que no mercado regulado as empresas do grupo Eletrobras vendem hoje em média o megawatt-hora por R\$ 40,00 e no mercado livre, como pensa essa nova proposta passaria em média para R\$ 200,00. Mais uma vez a população Brasileira arcaria com uma política descompromissada com o estado Brasileiro.

Estudos mostram que em países onde se tentou a implantação deste modelo, duas consequências ficaram claras o aumento de preços a ser pago pelo consumidor e o risco elevado e concreto de desabastecimento energético.

Por fim, o Setor Elétrico Brasileiro necessita sim de uma reforma, essa reforma deve corrigir distorções no sistema para que as empresas estatais voltem a ter o protagonismo que sempre teve, gerando desenvolvimento econômico e, sobretudo social para o Brasil.

Recife, 26/07/2017

Saulo Meira de Oliveira.